

“Miguel Archanjo da Cunha já não existe”: O associativismo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico

“Miguel Archanjo da Cunha no longer exists”: The associativism of the Sociedade Floresta Aurora and the biographical meanderings of a liberal, catholic and barber black man

Paulo Staudt Moreira*

Resumo

A *Sociedade Beneficente Floresta Aurora* foi fundada em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1872, portanto dezesseis anos antes da abolição definitiva da escravidão no Brasil. Ela visava reunir músicos negros em atividades lúdicas, momentos políticos e religiosos e ações de caráter mutualista. Trata-se da primeira associação não-religiosa que congregou indivíduos negros na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. As trajetórias de seus fundadores e membros – mesmo que ainda superficialmente conhecidas – representam vidas individuais e familiares marcadas pela escravidão (pessoal ou de familiares e/ou parentes) e pelo investimento em agências sociais que demarcassem a vida em liberdade. Nesse sentido, tratar das agências sociais dos indivíduos negros que fundaram e mantiveram essa sociedade em seus primeiros anos, pode nos auxiliar no entendimento dos embates cotidianos que então se sucediam sobre os significados e as representações do que seria a liberdade e, intimamente entrelaçada com ela, a cidadania, em seus mais variados aspectos.

Palavras-chave: Associativismo negro, direitos, cidadania.

Abstract

The *Sociedade Beneficente Floresta Aurora* was founded in Porto Alegre, capital of the state of Rio Grande do Sul, in the year 1872, sixteen years before the definitive abolition of slavery in Brazil. It aimed to unite black musicians through recreational activities, political and religious events and mutualistic actions. It was the first non-religious association that brought together black individuals in the then province of São Pedro do Rio Grande do Sul. The trajectories of its founders and members – although only superficially understood – represent

*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: moreirast@terra.com.br

individual and family lives marked by slavery (experienced personally or by family members) and the investment in social agencies that defined living in freedom. In this sense, addressing the social agencies of black individuals who founded and maintained this society in its early years can help us understand the daily clashes that then followed about the meanings and representations of what freedom, and the closely interwoven concept of citizenship, would be in its most varied aspects.

Keywords: Black associativism, rights, citizenship.

Um grupo de trabalhadores negros libertos reuniu-se para fazer uma bela serenata a um amigo ao final de um dia de labuta no mês de dezembro de 1872, na capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Dentre eles a maioria era jovem, como **Miguel Archanjo da Cunha**, mas estavam também aqueles com um pouco mais de experiência de vida, como o senhor **José Manoel Antônio**, de 40 anos, sapateiro por profissão. A serenata foi até altas horas, e os amigos retornaram a seus lares quase ao amanhecer do dia. Porém, no caminho de volta, imersos em um sentimento de alegria e liberdade proporcionada pela música, resolveram organizar uma *sociedade* onde pudessem compartilhar tal prazer com seus iguais. E, sempre que possível, desenvolver atividades beneficentes, especialmente, subsidiar enterramentos, como já era de praxe na irmandade do Rosário, da qual alguns deles participavam. Pelo adiantado da hora e em decorrência da euforia, resolvem pelo nome da nova associação – Floresta Aurora –, uma homenagem ao cruzamento das ruas nas quais se encontravam e à aurora do amanhecer/de um novo tempo para famílias da *raça de cor*. A partir de então os amigos, que moravam em locais aproximados, passaram a discutir os trâmites dessa associação e, dentre tantos pormenores, um assunto era unânime, nela poderia adentrar pessoas como eles, de cor, independentemente de serem livres ou não. Findos os primeiros acordos, no último dia daquele ano, eles dão por fundada a *Sociedade Beneficente Floresta Aurora*.¹

Miguel Archanjo faleceu em 28 de dezembro de 1902, na mesma cidade em que nasceu. Seu óbito foi registrado no dia seguinte, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, sendo destacado que era *preto*, tinha 54 anos de idade, casado, natural deste estado.² Aliás, o necrológico de Miguel Archanjo da Cunha foi publicado no jornal negro *O Exemplo* em 4 de janeiro de 1903:

¹ SILVA, FERNANDA OLIVEIRA DA. *As Lutas Políticas nos Clubes Negro*. Culturas Negras, Racialização e Cidadania na Fronteira Brasil-Uruguai no Pós-Abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, pp. 36/37.

² Arquivo do CHC - Livro de óbito 21, Nº de ordem da guia: 63.241; A Federação, Nº 13, 15/01/06 - p. 4.

Miguel Archanjo da Cunha. Mais uma vítima acaba de tombar ao impulso da fatídica foice da morte. Miguel Archanjo da Cunha já não existe! Já não existe aquele homem que soube impor-se a consideração dos seus concidadãos pela pureza dos seus costumes, pela austeridade do seu caráter, homem laborioso e reto no cumprimento dos deveres que lhe impunha a sociedade, soube por isso captar a simpatia de todos que o conheciam, máxime daqueles com quem mais de perto convivia; nunca alguém bateu a sua porta obrigado pela necessidade que não fosse por ele socorrido, sem a mais leve ostentação. No regime decaído militou nas fileiras do partido liberal, de cujas ideias era fervoroso adepto. Proclamada a república Miguel Archanjo da Cunha nunca mais conversou sobre política uma palavra; quer sobre esta ou aquela forma de governo, quer sobre esta ou aquela autoridade. Esta conduta do finado fizeram com que fosse ele acatado e respeitado pela sociedade Porto Alegrense. Nestas linhas, O Exemplo apresenta sinceras condolências a sua família. (O Exemplo, *Jornal do Povo*, Ano II, número 12, 4 de janeiro de 1903, folha 1 – O Direito às Memórias Negras - <http://afro.culturadigital.br/colecao/o-exemplo/>)

O número 1º do jornal O Exemplo saiu em 11.12.1892, tendo como Diretor de Redação Arthur de Andrade e Editor Gerente Marcílio Freitas, com escritório da rua dos Andradas nº 247, no centro de Porto Alegre.³ O programa do jornal, segundo o primeiro número, podia ser sintetizado em duas palavras: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”. E seguem:

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitamos e, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora algum estulto nos queira acoimar, ou seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinadores que julgam o homem pela cor da epiderme.

Esses, porém, não nos intimidam: são espíritos deletérios, cancos sociais que se desfazem por si e se confundem com as vulgaridades

Aqueles não nos repelirão, porque compreendem que a causa que abraçamos é santa, justa e natural e consentem que todo o homem tem o direito de pugnar pelos seus direitos postergados. [...] (O Exemplo, *Jornal do Povo*, Ano I, número 1, 11 de dezembro de 1892, folha 1 – O Direito às Memórias Negras - <http://afro.culturadigital.br/colecao/o-exemplo/>)

³ Sobre o jornal O Exemplo, ver: MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosários são balas de artilharia. Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 1999; ZUBARAN, Maria Angélica. *Comemorações da Liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. Anos 90 (UFRGS)*. V. 15, P. 161-187, 2008, p. 177; SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011; PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da Liberdade: Educação, trabalho e cidadania no pós-Abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (C. 1892 - C. 1911)*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2018.

Notemos que os intelectuais negros d'O Exemplo distinguem o falecido companheiro por sua generosidade, “pela pureza dos seus costumes, pela austeridade do seu caráter, homem laborioso e reto no cumprimento dos deveres que lhe impunha a sociedade”, mas não deixam de demarca-lo pelas simpatias políticas que ele teve no período imperial. Eles não esquecem que Miguel Archanjo militou nas fileiras do Partido Liberal, mas de certa forma o desculpam pelo silêncio apartidário que demonstrou após a proclamação da república. Isso de certa forma denuncia que aqueles intelectuais negros não eram apartidários e sim, pelo menos muitos deles, vinculados as hostes do PRR.

A literária epígrafe que usamos na abertura deste artigo pertence a tese *As Lutas Políticas nos Clubes Negros*, da historiadora Fernanda Oliveira da Silva, a qual persegue o associativismo negro numa perspectiva transnacional, usando como marco cronológico da investigação o período de 1870 a 1960. O ano inicial – 1870 – tem como uma de suas justificativas justamente o surgimento da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, fundada em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1872, portanto dezesseis anos antes da abolição definitiva da escravidão no Brasil. Ela visava reunir músicos negros em atividades lúdicas, momentos políticos e religiosos e ações de caráter mutualista. Trata-se da primeira associação não-religiosa que congregou indivíduos negros na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Iniciamos este artigo com essa epígrafe, por ali serem destacados dois indivíduos fundadores desta associação negra, sendo que o necrológico de um deles – de Miguel Archanjo da Cunha, em 1903 – mostra os enredamentos sociais longevos destes indivíduos e famílias negras no lócus da capital da província/estado mais meridional do Brasil. As trajetórias de seus fundadores e membros – mesmo que ainda superficialmente conhecidas - representam vidas individuais e familiares marcadas pela escravidão (pessoal ou de familiares e/ou parentes) e pelo investimento em agências sociais que demarcassem a vida em liberdade. Nesse sentido, tratar das agências sociais dos indivíduos negros que fundaram e mantiveram essa sociedade em seus primeiros anos, pode nos auxiliar no entendimento dos embates cotidianos que então se sucediam sobre os significados e as representações do que seria a liberdade e, intimamente entrelaçada com ela, a cidadania, em seus mais variados aspectos. Nesse artigo, principalmente por questões de espaço, nos propomos a costurar as vicissitudes biográficas de um dos fundadores da Sociedade Floresta Aurora, o barbeiro liberal e católico Miguel Archanjo da Cunha.

*

Em 29 de junho de 1874, dois anos depois da fundação da Floresta Aurora, Miguel Archanjo da Cunha requereu a Igreja Católica habilitação para casar com Joaquina Antônia da Conceição. O requerimento é escrito e assinado por seu próprio punho, com letra elegante e português correto, mostrando que ele era plenamente alfabetizado. O requerimento de Cunha expõe, porém, um problema, pois os registros dos batismos dele e de sua noiva não foram encontrados nos arquivos eclesiásticos. Ele, então, conforme a praxe, pediu dispensa de apresentar as certidões dos batismos de ambos.⁴

O extravio desses registros não decorreu da falta de informações genealógicas por parte dos noivos. Está certo que a noiva, Joaquina Antônia da Conceição, não forneceu a data exata de seu batismo ou nascimento, mas disse ser filha natural de Antônia, escravizada de Manoel José de Carvalho. Já Miguel Archanjo, sim, foi detalhista quanto a sua memória genealógica, pois informava ser filho natural de Geralda, quando esta era escravizada de Dona Maria Quitéria de Castro Cunha, e que fora batizado na Igreja Catedral de Porto Alegre, em 29.09.1846, mais ou menos um ano, portanto, após o fim da guerra civil farroupilha (1835/1845). Ao nomear a sua mãe ele nos fornece o nome que ela assumiu como forra – Geralda Maria da Conceição. Documentos como esse, da habilitação matrimonial, ajudam as pesquisas nos fornecendo dados genealógicos dos indivíduos e das famílias que pesquisamos, mas também, justamente ao nos trazerem essas informações, nos evidenciam a estabilidade dos vínculos familiares forjados ainda em cativo e a consistência e importância destas memórias genealógicas.

Joaquina foi batizada na Igreja do Rosário, em Porto Alegre, em 25.10.1846. Era filha de Antônia, mãe e filha escravizadas de Manoel José de Carvalho, sendo apadrinhada por Mariano José dos Santos e amadrinhada por Joaquina Maria da Conceição, escravizada de Manoel José da Câmara. Com 19 anos de idade, em 23.09.1865, Joaquina foi alforriada, porém com a condição dela servir seu senhor até a morte, “em retribuição aos bons serviços prestados”. Em dezembro do mesmo ano, o mesmo senhor libertou Francelina, com apenas 4 meses de idade, filha de Joaquina, sendo tal gesto de “generosidade” indenizado com 100 mil réis, quantia entregue pelo comerciante português Brás Pereira dos Santos. Não temos mais informações sobre Francelina, mas cogitamos que ela podia ser filha de Miguel e Joaquina, o que indica um núcleo familiar criado ainda quando ambos eram escravizados. O lusitano Brás

⁴ AHCMMA – ano: 1874, nº 270, caixa 283 – Noivos: Joaquina Antônia da Conceição & Miguel Archanjo da Cunha.

Pereira, nesse caso, teria servido como o depositário do pecúlio acumulado pelo casal ou então pode ter adiantado a quantia mediante pagamento posterior. A noiva de Miguel Archanjo, quando liberta, compôs um nome agregando o prenome de sua mãe e quiçá o sobrenome de sua madrinha de batismo, tornando-se Joaquina Antônia da Conceição.⁵

Miguel Archanjo e Joaquina Antônia da Conceição casaram na Igreja das Dores de Porto Alegre, aos 29 dias do mês de junho de 1874, pelas cinco horas da tarde, “sem impedimento algum”. Ambos, como já dissemos, filhos naturais de ventres escravizados. No registro de casamento a mãe de Miguel é citada com nome completo – Geralda Maria da Conceição –, enquanto a de Joaquina apenas consta com o prenome Antônia. Talvez o uso apenas do prenome denuncie que Antônia faleceu ainda escravizada, sem ter assumido um sobrenome de mulher forra. Isso não desmerece o afeto de Joaquina com sua mãe, já que carregava o nome materno como referência na composição de seu nome de mulher egressa do cativo – Joaquina Antônia. Levaram os noivos até a pia batismal das Dores, Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Isidoro Francisco Xavier. O registro do casamento é acompanhado de vistosas e bem delineadas assinaturas dos padrinhos.⁶

Os padrinhos são expoentes das elites negras locais⁷. Aurélio Viríssimo de Bittencourt nasceu em Jaguarão, na fronteira com o Uruguai, filho da *parda* Maria Júlia da Silva e do então piloto da marinha Hipólito Simas de Bittencourt. Em 1874 era funcionário público provincial e oficial da Guarda Nacional. Isidoro Francisco Xavier era associado a Floresta Aurora e sacristão da Igreja das Dores, onde se efetivou o consórcio de Miguel e Joaquina.

⁵ Joaquina Antônia teve pelo menos uma irmã, chamada Jacinta, batizada na mesma Igreja que ela, com 14 meses de idade, em 18.05.1851, apadrinhada por Balbina Amália Ramos. Seu senhor, no ato do batismo declarou que era sua vontade que a *inocente recém batizada* “por seu falecimento ficasse liberta [...] para que gozasse da liberdade como se do ventre tivesse nascido” (AHCMPA – Livro 1º de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folhas 38 e 152/153). APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 18, folha 76v (25.09.1865) e 88v (21.12.1865); MOREIRA, Paulo. Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade: O associativismo abolicionista negro (Porto Alegre, 1883/1885). In: *Instituições e práticas de controle social: perspectivas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2016, pp. 89-113.

⁶ AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, folha 98.

⁷ Tomamos aqui a noção de elite negra como: “Elite negra assume aqui uma definição limitada aos quadros negros que ocuparam posições privilegiadas nas suas comunidades de origem. Eles tiveram condições sociais, materiais e capital cultural para circular por toda a sociedade. Nas cidades constituíram, *grosso modo*, uma classe média baixa, que se utilizou das influências pessoais e políticas que a maioria dos membros de sua comunidade de origem étnica estava excluída” (SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 20).

A família da senhora da mãe de Miguel Archanjo, Maria Quitéria de Castro e Cunha, era de grandes militares, notáveis em seus feitos e postos. Ela foi casada com o Brigadeiro português Francisco Xavier da Cunha, que ingressou no Exército lusitano em 1800, recebeu uma medalha na luta contra Napoleão, participou da anexação da Província Cisplatina e depois luta pela sua separação e criação do Estado Oriental do Uruguai. Depois deste conflito, por volta de 1828, instalou-se em Porto Alegre, onde foi promovido a coronel. Participou ativamente da guerra civil farroupilha (1835/1845) pelo lado legalista, sendo promovido a Brigadeiro em 1837. Dois anos depois retomou para o controle do Império brasileiro a cidade de Lages, em Santa Catarina, mas em um choque com as tropas de Teixeira Nunes foi ferido e, ao recuar, morreu afogado no Rio Pelotas. Registremos que o Coronel Joaquim Teixeira Nunes foi um dos comandantes das tropas dos lanceiros negros, importante segmento armado composto por egressos do cativo, que mantiveram a guerra civil por um glorioso decênio.⁸

O inventário post-mortem do Brigadeiro Cunha só foi realizado muitos anos depois de sua morte, em 1865, conjuntamente com o de sua viúva Maria Quitéria, sendo inventariante um dos filhos de ambos, Francisco Xavier da Cunha.⁹ Maria Quitéria, falecida em 23 de maio de 1863, havia preventivamente redigido suas últimas vontades em testamento de 4 de julho de 1859. Ela era natural desta província meridional, filha legítima do Marechal de Campo Felix José de Matos Pereira de Castro e Dona Ana Esméria de Castro, ambos já falecidos. Ela não casou novamente depois de enviudar do Brigadeiro Cunha, com quem teve 4 filhos, Mariana (já falecida, no estado de solteira), Diogo Xavier da Cunha (solteiro, 38 anos), Dr. Félix Xavier da Cunha e Francisco Xavier da Cunha (casado com Amélia Teixeira da Cunha).

No seu testamento, redigido por seu filho Félix Xavier, Maria Quitéria explica que não tomou a iniciativa de fazer o inventário dos bens de seu casal anteriormente, “para não ser obrigada a desfalcá-los com o pagamento das dívidas do casal, que todas satisfiz”. Acrescenta que a casa de moradia da estância da Terra Funda, nas Pedras Brancas, e as benfeitorias existentes na mesma, no lugar chamado Chácara, foram restauradas a expensas do herdeiro Francisco e por isso não fazem parte dos bens do casal. Deixa a terça a seu filho Francisco, com a obrigação de zelar e manter em sua companhia o

⁸ CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade. Experiências Negras de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social / UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.*

⁹ APERS - 2ª Vara de Família e Sucessão de Porto Alegre, caixa nº 4.1450, auto 308, 1865.

irmão Diogo. E escolhe como 1º Testamenteiro o seu filho, o Dr. Félix, em 2º Francisco e em 3º o dr. Felisberto Pereira da Silva.

O patrimônio do casal Maria Quitéria e Brigadeiro Cunha somava um monte-mor de 24:874\$752 réis, sendo 12 contos e 700 mil réis (51%) imobilizados numa escravaria composta de 11 indivíduos. A família tinha 2 léguas de campo nas Pedras Brancas (freguesia da capital da província, hoje cidade de Guaíba), avaliadas em 32 contos de réis, com um rebanho irrisório de 21 bois, 4 novilhos, 96 reses de criar, além de alguns móveis (104\$) e objetos de prata (428\$700). Especificamente quanto aos seus escravizados, Maria Quitéria declarou em testamento:

Deixo a pardinha Leocádia, filha da crioula forra Camila, sete vacas. Deixo livre por minha morte a minha escrava crioula Giralda [sic]. Quero, outrossim, que o filho da mesma, de nome Ataliba, que nasceu em julho de 1855, seja livre quando completar 28 anos, devendo servir até esta época a meu filho Félix ou a seus herdeiros, mandando aquele ensinar um ofício.

Os avaliadores encontraram e descreveram os 11 escravizados abaixo:

Tabela 1 – Escravaria do casal Maria Quitéria de Castro e Cunha & Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha (1865)

Nome	Origem	Idade	Filiação	Avaliação (réis)	Herdeiro que legou
Geralda	Crioula	40	N/C	1400	Alforriada
Maria	Crioula	45	N/C	1000	Doutor Félix
Joana	África	45	N/C	1000	Diogo
Isabel	Crioula	12	N/C	1000	Francisco
Diocleciana	Crioula	11	N/C	1000	Francisco
Clemência	Crioula	5	Geralda	500	Francisco
Lúcia	Crioula	35	N/C	1800	Francisco
Cunegundes	Crioula	32	N/C	1500	Diogo
Miguel	Crioula	18	Geralda	1500	Doutor Félix
Antônio	Crioula	20	N/C	1500	Diogo
Ataliba	Crioula	10	Geralda	500	Francisco (serviços por 10 anos)

Fonte: APERS - 2ª Vara de Família e Sucessão de Porto Alegre, caixa nº 4.1450, auto 308, 1865.

Ou seja, o sobrenome Cunha ostentado por Miguel Archanjo não era pouca coisa, o remetia a uma esfera de influência de ricos e notáveis e, como

veremos, personalidades do mundo político-partidário local. O nosso personagem fundador da Floresta Aurora consta na lista da tabela 1, sete anos antes da fundação da Floresta Aurora, ainda escravizado, aos 18 anos de idade, e ostentando apenas o prenome de Miguel, sendo avaliado por 1 conto e 500 mil réis. Ele foi legado ao herdeiro Doutor Félix Xavier da Cunha. Félix Xavier da Cunha, hoje nome de rua justamente no bairro Floresta, em Porto Alegre, nasceu nessa mesma cidade, em 1833, onde também faleceu em 21 de fevereiro de 1865, mesmo ano da morte de sua mãe. Formou-se em Direito em São Paulo em 1854, foi jornalista, poeta e fundador do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, sendo deputado provincial nas legislaturas de 1856/57, 1858/59 e 1862/1863 e deputado geral em 1861/1864. Segundo o historiador Jonas Vargas:¹⁰

Em 1863, Félix da Cunha e Silveira Martins entregaram um manifesto ao brigadeiro Manuel Luís Osório, que viria a ser o programa do Partido. Nele eram defendidas a soberania nacional, a responsabilidade dos ministros, a temporariedade do Senado, a eleição direta, a representação das minorias no parlamento, a independência da magistratura, a liberdade individual, a emancipação da navegação de cabotagem, o serviço militar obrigatório, a descentralização administrativa e a reforma das municipalidades. Futuramente muitos destes tópicos seriam lentamente abandonados ou aprovados de forma que não alterassem as estruturas políticas e sociais.

Fundava-se, assim, o Partido Liberal histórico, sob a liderança do general Osório e de Félix da Cunha. Nesse período, Félix e seu irmão Francisco compraram o jornal Mercantil, usando-o para divulgação das ideias políticas da nova agremiação¹¹. Infelizmente, tuberculoso, Félix faleceu em fevereiro

¹⁰ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte*. Uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 56.

¹¹ Os comerciantes Silva & Costa moveram uma ação pedindo ressarcimento de uma dívida de Francisco Xavier da Cunha, de mais ou menos um conto de réis, e para tanto solicitaram a penhora do que existia na tipografia do jornal Mercantil. O auto feito em 11.11.1865, no Largo da Alfândega, centro de Porto Alegre, avaliou que os materiais, inclusive dois prelos, sendo um mecânico e outro de braço, valiam todos 5 contos de réis (“não se inclui nesta avaliação a propriedade do jornal”). No meio do processo o juiz exigiu que Francisco mostrasse comprovante da venda de um dos prelos de sua tipografia a Eudóro Brasileiro Berlink (do jornal Riograndense), mas ele argumentou que foi feito apenas um empréstimo, “não havendo termo algum lavrado, porque em um contrato particular entre amigos não se assinam termos”; o depositário denunciava que a venda ocorreu para a empresa do jornal Riograndense (APERS – Juízo do Comércio de Porto Alegre, nº 2873, Executante: Silva & Costa, Executado: Francisco Xavier da Cunha, 1865). O Jornal Mercantil seguia inicialmente as influências conservadoras de seu criador Cândio Gomes; na década de 1860, como vimos, ele se assume como periódico liberal e, lá na década de 1890, toma o Partido Republicano Rio-Grandense como referência, assumindo como editor o então agrimensor negro Alcides de Freitas Cruz (MOREIRA, P. R. S.; CAMPOS, Vanessa Gomes. “Evitar o Circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou

de 1865, com 32 anos de idade.¹² Sua viúva Josefina Bandeira da Cunha foi a inventariante dos bens do casal, mas ela também faleceu no decorrer do processo e quem assumiu foi o irmão Francisco Xavier da Cunha. Félix da Cunha e Josefina tinham, na época, dois filhos: Godofredo (4 anos e 11 meses) e Mariana.

Francisco Xavier da Cunha foi deputado pelo Partido Liberal (1877/78), quando declarou-se republicano e fundou o “primeiro jornal declaradamente republicano, sob a denominação de “O Democrata”¹³. Segundo suas reminiscências, publicadas em 1914, Francisco teria se convertido ao republicanismo influenciado por Quintino Bocaiúva e por intermédio deste assumira a direção do jornal A República, em 1872. Depois de proclamada a república ele assumiu cargos diplomáticos e dirigiu, no Rio de Janeiro, a Imprensa Oficial.¹⁴

O casal tinha meia légua de campo junto a Fazenda da Terra Dura, na freguesia das Pedras Brancas, campos junto a Fazenda das Pombas em Rio Pardo, um pedaço de terras e matos no distrito do Canto, uma data de matos na Freguesia de Santo Amaro. Na Fazenda da Terra Dura eles tinham 300 reses de criar e 200 ovelhas. Além de alguns móveis e ações da Lirée Porto Alegre, constam 240 volumes de diversas obras de direito e literatura, infelizmente não arroladas individualmente, para que conhecêssemos um pouco mais dos hábitos de leitura daquela família. Quanto a escravaria, o casal tinha nove cativos:

Tabela 2 – Escravaria do casal Josefina Bandeira da Cunha & Félix Xavier da Cunha (1865)

Francisco, 30 anos	Gabriela, 2 anos
Joaquina, 22 anos	Malaquias, 20 anos, campeiro
Ana, 14 anos	Pedro, 19 anos
Rita, 5 anos	Cecília, parda, 1 ano, filha de Francisca
Francisca, 45 anos	

negro”. O professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867-1916) In: Alcides Cruz: Perfil parlamentar. 1 ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017, p. 44-87).

¹² APERS - 2ª Vara de Família e Sucessão de Porto Alegre, Caixa 004.1450, auto 309, 1865.

¹³ FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do RGS. 1821-1937*. Porto Alegre, Suliane Arte e Vida, 2010, p. 71.

¹⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 25-41, 2009, p. 16. Ver: Francisco Xavier da Cunha, *Propaganda contra o Império. Reminiscências na imprensa e na diplomacia. 1870 a 1910*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.

Em julho de 1866 o Capitão Vasco Pinto Bandeira informa a justiça o falecimento de sua filha Josefina, viúva do Dr. Félix da Cunha, assumindo como inventariante o irmão deste, Francisco Xavier da Cunha. Imediatamente, Francisco oferece 800 mil réis para libertar a escravizada Francisca, pois, segundo ele, “essa escrava prestou muitos serviços ao casal de seu falecido irmão, aumentou-lhe o número de fâmulos com filhos e netos e hoje, velha e doentia, tem direito a esse ato de equidade”. Todos interessados concordaram e a carta de liberdade foi passada. Logo em seguida, o casal Antônio José Ferreira da Silva e sua mulher Maria José Teixeira Ferreira da Silva se propõem a libertar a *mulatinha* Cecília, filha de Francisca, que estava “ainda por batizar e já conhecida e tratada em casa pelo nome de Cecília”. Foi avaliada por 160 mil réis e nenhuma discordância houve quanto a sua liberdade. Anos depois, o inventariante pede que se suste a venda em praça pública que se ia fazer da cativa Gabriela, então com 6 anos de idade, pois constava que ela ia ser libertada por uma das sociedades que estavam planejando a comemoração da data da independência nacional. Realmente, Gabriela foi sorteada pela Comissão Libertadora Parthenon Literário e alforriada em outubro de 1870.¹⁵

Pelo que percebemos nos documentos senhoriais acima (Tabela 1), a mãe de Miguel Archanjo, Geralda (ou Giralda) foi alforriada pelo testamento da senhora Maria Quitéria. Como sua alforria foi condicionada a morte de sua senhora, não sabemos se a liberdade efetiva foi conseguida quando da morte desta, em 23 de maio de 1863, ou apenas quando o inventário post-mortem foi feito, em 1865. Maria Quitéria alforria não só a mãe de Miguel Archanjo, mas um de seus irmãos, Ataliba, que ainda fica preso a prestação de serviços a Francisco Xavier da Cunha até completar 28 anos de idade.

No inventários post-mortem de 1865 a crioula Geralda tinha 40 anos e três escravizados são apontados no mesmo documento como seus filhos, Clemência, de 5 anos, Ataliba, de 10 anos, e Miguel, com 18 anos. Como vimos, Ataliba ainda teria que servir como escravizado àquela família senhorial por

¹⁵ A sociedade Parthenon Literário foi criada em Porto Alegre, em 18 de junho de 1868 e ao logo de suas atividades “civilizadoras”, fundou uma Biblioteca (6.000 volumes), museu, aulas noturnas, uma revista e promoveu saraus para discussão de temas diversos. Em 1883, visando incentivar e apoiar a onda emancipacionista provincial, foi criada uma seção abolicionista no Parthenon, mas em anos anteriores já verificamos cartas de alforria promovidas por seus associados. Ver: HESSEL, Lothar F. (e outros). *O Parthenon Literário e sua Obra*. Porto Alegre, FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976; FERREIRA, Athon Damasceno. *Imprensa Literária de Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1975; SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá*. O Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Dissertação (Mestrado em história) – PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008; MOREIRA, Paulo. *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

mais 18 anos. A outra irmã de Miguel Archanjo, Clemência, ainda menor, foi alforriada pela família senhorial dos Cunha. Ela foi ainda listada no inventário de 1865, descrita como crioula, com 5 anos de idade e avaliada em 500 mil réis, mas sua alforria foi passada dois anos antes, em 01.06.1863, por documento assinado pelos irmãos Dr. Félix Xavier da Cunha, Diogo Fortunato Xavier da Cunha e Francisco Xavier da Cunha, os quais declararam que aquela concessão era feita em cumprimento da vontade da falecida e “saudososa” mãe dos senhores, Maria Quitéria de Castro e Cunha, por tê-la “libertado em sua vida [...] e não deixando auto algum autentico dessa sua vontade”.¹⁶

Entretanto, um silêncio sepulcral cercava Miguel, que parecia sujeitado a escravidão, sem promessas ou acenos de liberdade. Se Miguel em sua habilitação matrimonial cita Geralda com o seu nome de liberta, supomos que a sua relação com a mãe não esmoreceu após a mesma ser alforriada. Assim, como Geralda teria gerenciado a sua maternidade? Teria continuado como trabalhadora, provavelmente do serviço doméstico, na antiga casa senhorial, visando manter o contato e os cuidados com os rebentos de seu ventre? Teria se mudado, mas fixado residência próximo da antiga residência senhorial, mantendo constante ou esporádico contato com as crias, ocupando-se nos mundos do trabalho urbano? A liberdade tutelada e o exercício limitado da maternidade faziam parte dos significados da liberdade no oitocentos.¹⁷

Mas Miguel Archanjo não consta nestes arranjos senhoriais, recebendo qualquer tipo de auxílio. Percebemos que a dominação senhorial não impedia o estabelecimento de laços pessoais diferenciados entre senhores e seus escravizados. As alforrias que vimos acima demonstram a existência de *vínculos afetivos positivos* entre membros da família senhorial e alguns indivíduos daquela escravaria. Nota-se que esses afetos não eram uniformes, não se resumiam a relações individualizadas, mas atingiam famílias e parentes, e não excluíam a violência e a subalternização¹⁸. Afetos recíprocos aproximavam Maria Quitéria e Geralda, evidentemente a escravizada prestou muitos serviços íntimos e essenciais a senhora, cuidando e quiçá amamentando seus

¹⁶ APERS – 1ª Tabelionato de Porto Alegre, livro 17, folha 199v, 07.01.1864.

¹⁷ COWLING, Camillia. *Concebendo a Liberdade*. Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora Unicamp, 2018; MUAZE, Mariana. *Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX*. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina. *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018; HAACK, Marina Camilo. *Sobre silhuetas negra.: Experiências e agências de mulheres negras escravizadas (Cachoeira, 1850 / 1888)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2019.

¹⁸ FERREIRA, Roberto Guedes. *A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade* (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*. Núm. 35, 2007, pp. 83-141.

filhos, zelando pela saúde senhorial, cuidando e protegendo a casa quando o senhor estava na guerra. A reciprocidade desigual veio na forma da alforria de Giralda, aos 45 anos, e de pelo menos dois de seus filhos. Mas a questão que não quer calar é por que essa *benevolência* não atingiu também Miguel, outro filho de Geralda? Para isso ainda não temos respostas.

Não localizamos o batismo da mãe de Miguel Archanjo. Geralda talvez tenha nascido antes da instalação do brigadeiro em Porto Alegre ou tenha sido comprada de outro senhor, mas depois de alforriada, encontramos ela (ou uma homônima) amadrinhando três rebentos negros na capital da província. Dois destes batismos foram feitos na paróquia da Tristeza, região onde talvez Geralda tenha se instalado depois de forra, merecendo menção o fato de que este território, localizado na zona sul e eminentemente rural de Porto Alegre, fica na frente (tendo o lago Guaíba no meio) de Pedras Brancas, onde se localizavam as propriedades senhoriais.

Em 22 de abril de 1872, na paróquia da Tristeza, Geralda Maria da Conceição e Manoel Henriques Pinheiro apadrinharam Ernesto, nascido em 12 de dezembro do ano anterior, filho da crioula Claudina, escravizada de José Francisco da Costa Ferreira¹⁹. Em 2 de maio de 1874, na mesma paróquia, um pardo com o mesmo nome de Ernesto, nascido em 18.09.1873, filho da preta Joana, escravizada da herança de Inácia Delfina de Jesus Brilhante, foi apadrinhado por Geralda e Moisés da Silva Fernandes. Anos depois, em 15 de maio de 1880, mas desta vez na Paróquia do Menino Deus, Geralda amadrinhou o pardo Alfredo, nascido em 28.03.1880, filho legítimo de Maria Luiza da Conceição e José Inácio de Oliveira.²⁰

A família Cunha gerenciou a exploração de seus escravizados manejando amplamente a habilidade de *conceder* alforrias. Vimos como Francisco Xavier da Cunha *concedeu* alforria a Francisca, em 1866, discursando de forma explícita que fazia isso por ela ter prestado muito serviços a sua família, “aumentou-lhe o número de fâmulos com filhos e netos e hoje, velha e doentia, tem direito a esse ato de equidade”. Essa retórica da equidade (COWLING, 2018,

¹⁹ Manoel Henriques Pinheiro era casado com Cândida Pinheiro da Fonseca e em 10.10.1880 batizaram a filha legítima de ambos Ubaldina (nascida em 01.06.1880), descrita como parda forra, na paróquia do Menino Deus. Foram padrinhos Francisco Antônio da Rosa e dona Carlota Antônia dos Santos. Foram apontados como avós maternos Damião José da Fonseca e Florisbela Antônia da Fonseca. O casal morava na rua 18 de Setembro. AHCMPA – Livro 1º de Batismos da Paróquia do Menino Deus de POA, f. 224v.

²⁰ AHCMPA – Livro Batismos de Livres da Paróquia da Tristeza, folhas 1 e 5v; Livro 1º de Batismos da Paróquia do Menino Deus, folha 218v. O padrinho foi Alfredo Osório Coutinho, sendo mencionados como avós paternos Antônio Alves de Oliveira e Demenciana Alves de Oliveira, como avós maternos Feliciano Antônio da Conceição e Francisca Guilhermina da Conceição.

p. 145) aparece de forma crescente nos documentos senhoriais de liberdade do oitocentos. Os senhores parecem interessados em anunciar essa reciprocidade desigual, anunciando que ressarciam os seus escravizados pelos serviços prestados (braçais, afetivos, reprodutivos). Por outro lado, os escravizados também usavam dessa retórica para obter algumas conquistas.

O crioulo Vicente foi alforriado em 24 de julho de 1858 e o seu documento de liberdade informava que este gesto senhorial havia sido movido pela “atenção e estima que nos merece e em recompensa ao zelo com que sempre serviu-nos”. A carta de alforria, registrada em cartório em 10 de setembro do mesmo ano de sua redação, 1858, foi passada pela viúva e filhos do Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha.²¹ Já a *preta* moçambicana Maria Joana, aos 60 anos de idade, conseguiu a *graça* de ser libertada por seu senhor Diogo Fortunato Xavier da Cunha, em 2 de dezembro de 1868. Mas, mesmo avançada em anos, aquela africana ainda teve que desembolsar 300 mil réis para o final convencimento de seu dadivoso senhor.²²

Não podemos dizer, correndo o risco de sermos injustos, que a família senhorial dos Cunha não contribuiu com os esforços bélicos do Império brasileiro no seu intento contra os “bárbaros paraguaios”. Em 7 de dezembro de 1866, o senhor Francisco Xavier da Cunha libertou o *cabra* Lúcio, com então 30 anos de idade, mediante pagamento de 900\$ réis por José Luiz Cardoso de Sales, com a condição de Lúcio substituí-lo no Exército. O crioulo Antônio teve o mesmo destino. Com 21 anos, em 19 de março de 1868, ele foi alforriado por seu senhor Diogo Fortunato Xavier da Cunha. Antônio foi *beneficiado* pela aventura bélica do governo imperial, que necessitava de soldados e por isso estimulava senhores a libertarem seus escravos. Claro que o desprendimento senhorial em ceder seus trabalhadores cativos para o esforço imperial era bem recompensado, tanto em retornos materiais como simbólicos. O senhor Diogo Fortunato recebeu 1:400\$ réis de indenização, com a condição de Antônio assentar praça em um dos corpos do exército.²³

Note-se, portanto, que na família senhorial de Miguel Archanjo, existiam conservadores, liberais e republicanos, assim, nada nos autoriza a simplificar a sua opção política pelo Partido Liberal, tomando-a como um reflexo

²¹ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais livro 16, folha 019.

²² APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais livro 19, folha 198, 03/12/68.

²³ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais livro 19, folha 110, 19.03.1868; AHRS - Secretaria de Polícia, maço 10, Ofício de 19-03-68, do Chefe de Polícia ao Presidente da Província; APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Gerais livro 18, folha 139v, 10.12.1866; Ver: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

dos posicionamentos político-partidários de seus senhores. Ele decidiu ser um liberal e isso deve ter sido decidido em função do programa do partido (que englobava pautas importantes no que se refere aos direitos dos egressos do cativo, como a eleição direta e o recrutamento obrigatório, o que diminuiria o alistamento compulsório, que atingia duramente os homens de cor), mas não descarta também simpatias pessoais que ele tivesse com figuras do meio político, que compunham redes de proteção e amizade das suas relações. O caso é que essa opção foi duradoura, sua preferência político-partidária permaneceu firme mesmo com a proclamação da república e a ascensão dos positivistas do governo do estado.

O liberal Miguel Archanjo da Cunha

Desde pelo menos os trabalhos clássicos de FRANCO,²⁴ CHALHOUB²⁵ e MACHADO,²⁶ para citar apenas três significativos exemplos da historiografia nacional, os documentos judiciais foram habilitados a contribuir para a pesquisa histórica, sem desconsiderar os filtros pelos quais as informações que neles consta. Reabilitá-los para a pesquisa histórica, entretanto, não esgota as múltiplas formas de uso destas fontes geradas pelo funcionamento do judiciário. Historiadores como MATTOS,²⁷ CARVALHO²⁸ e FARINATTI²⁹ apontaram que não apenas os personagens principais destes documentos podem nos guiar por nossas investigações, mas a importância de dar relevo aos *coadjuvantes*, inserindo neste grupo as testemunhas, aqueles e aquelas (principalmente os negros livres, forros e escravizados) chamados a dizer o que viram ou ouviram falar a respeito do acontecimento delituoso.

Em nosso banco de dados dos processos criminais de Porto Alegre, Miguel Archanjo da Cunha aparece em dois deles como testemunha, nunca como réu ou ofendido, um em 1880 e outro em 1885, o que nos permite acompanhá-lo em alguns pormenores biográficos. Em ambos ele assina o seu

²⁴ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Ática, 1974.

²⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

²⁶ MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

²⁷ MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo, Brasiliense, 1987; _____. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil - século XIX). Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.

²⁸ CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Entre a solidariedade e a animosidade*. Os conflitos e as relações interétnicas populares em Santa Maria - 1885-1915. Dissertação (Mestrado em História) - UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

²⁹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais*. Famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

depoimento, descreve-se como casado, natural desta província e de profissão barbeiro. No processo de 1880 tinha 34 anos e no de 1885, 40 anos.³⁰ Em nenhum deles a sua cor era citada, mostrando como ele possuía um lugar social sólido naquela sociedade ainda escravista, conquistado com muito esforço por ele através de seus investimentos relacionais-associativos e de ações pessoais e profissionais que lhe angariaram uma opinião comunitária positiva. Sendo ele um dos fundadores da associação negra Floresta Aurora, evidentemente não podemos pensar credulamente que ele não tivesse consciência de seu pertencimento étnico-racial e que investisse em estratégias de embranquecimento. Mas quando inserido nas esferas policiais e judiciárias de uma sociedade altamente racista, obter a invisibilidade da cor era muito vantajoso.

Lembremos também que os espaços das barbearias no oitocentos eram bem mais complexos do que hoje em dia. Esses locais congregavam pessoas, principalmente homens, atraídos por questões estéticas, mas também curativas.³¹ Lá cortava-se cabelos e barbas, faziam-se sangrias, instalavam-se ventosas, extraíam-se por vezes dentes e cuidava-se de problemas de saúde diversos. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, em seu título XI - Como os médicos e cirurgiões devem admoestar aos doentes que se confessem e comungue -, prescreve que “como muitas vezes a enfermidade do corpo procede de estar a alma enferma com o pecado (como se prova das palavras que Cristo Nosso Senhor disse ao paralítico)”, os médicos, cirurgiões e barbeiros (“que curam os enfermos nas freguesias onde não há médico”):

[...] antes que lhes apliquem medicina para o corpo, tratem primeiro da *medicina da alma*, admoestando a todos a que logo se confessem, declarando-lhes que, se assim o não fizerem, os não podem visitar e curar, por lhes estar proibido por direito e por esta Constituição; de tal sorte que entendam que esta admoestação se lhes faz por bem da saúde da alma e do corpo; e no segundo dia os tornarão a admoestar; e, se ao terceiro lhes não constar que estão confessados, os não visitem mais sob as mesmas penas.³²

Locais *entre a casa e a rua*, as barbearias animavam e solidificavam amizades, propiciavam a troca de informações e fofocas. Muitas trajetórias afrodiaspóricas foram marcadas por esse ofício, sendo, portanto, um espaço

³⁰ APERS - Sumários Júri de Porto Alegre, processos nº 1438 (1880) e 1569 (1885). Trataremos mais detalhadamente do processo de 1880, mas apenas para sanar curiosidades, o documento judiciário de 1885 foi gerado por uma desavença por dívidas ocorrida em uma casa de negócios no Mercado Público de POA.

³¹ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

³² VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Editora da USP, 2010, p. 198.

de diálogos identitários de suma importância. Lembremos que foi no Salão Calisto, uma pequena barbearia de propriedade dos irmãos Espiridião e Florêncio que o jornal *O Exemplo* foi pensado e criado.³³

Mas vejamos o que um destes casos delituosos em que Miguel atuou como testemunha, nos fornece de informações sobre suas opções político-partidárias.

Às 20 horas de 15 de junho de 1880, o alfaiate português Justino Máximo da Cunha saiu de sua casa de comércio e descendo a rua Marechal Floriano (na época, rua de Bragança) dirigiu-se a sua residência, na Demétrio Ribeiro (antiga rua da Varzinha). Quando passava próximo ao muro da Escola Normal viu um indivíduo de cor parda “virado de costas como quem queria urinar”, o qual logo reconheceu como sendo o também alfaiate Marcolino da Silva. Justino seguiu caminho e ao chegar próximo a uma taverna, na esquina da rua do Arvoredo (atual Fernando Machado) ouviu passos e virando-se viu Marcolino, que o agrediu com três “horríveis pancadas” que o fizeram perder os sentidos. Logo chegaram algumas pessoas que lhe prestaram socorro, “chegando depois Marcolino, que aparentando surpresa, lhe perguntou o que tinha acontecido”. Ao ser interrogado, o ofendido não teve dúvidas:

Respondeu que sem receio de errar, crê que a violência de que foi vítima teve como [motivo] a questão de esgotos, na qual tomou parte ativa, tanto que no dia em que se decidiu na Assembleia Provincial ali também se achou entre os espectadores, e voltando a casa atacou meia dúzia de foguetes, pelo prazer que teve em ver tudo terminado como desejava; que esse pardo Marcolino já trabalhou para si de alfaiate, a cerca de 10 anos, desde quando o conheceu, mas que nunca tivera com o mesmo a menor indisposição ou inimizade; acredita, portanto, que foi ele apenas o mandatário de alguém que tivesse grande interesse na questão dos esgotos.³⁴

Sem citar nomes, Justino aponta o jornal *A Reforma* - órgão do Partido Liberal -, como a origem de sua agressão, pois o entregador daquele jornal - Miguel Archanjo da Cunha - lhe prevenira que se acautelasse “pois pretendiam desfeitá-lo, pois estava muito mal visto na mesma Reforma”. Segundo o ofendido, Marcolino também pertencia “a gente daquela folha”. O barbeiro e

³³ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade*. História social do racismo em Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2014; PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da Liberdade*: Educação, trabalho e cidadania no pós-Abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (C. 1892 - C. 1911). [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2018.

³⁴ Justino tinha 41 anos, casado, sabe ler e escrever. APERS - Cartório Júri, Porto Alegre, Maço 55, processo 1438. Sobre a “questão dos esgotos”, ver: RÜCKERT, Fabiano Quadros. *O Saneamento e a Politização da Higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)*. Tese (Doutorado em tese) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

distribuidor do jornal A Reforma Miguel Archanjo, não quis comprometer-se em ter prevenido Justino de que corria o risco de ser agredido:

[...]o que se passou foi o seguinte: por mais de uma vez ela testemunha passando pela loja de Justino, com quem se dá, este lhe dizia as proezas que tinha feito na questão dos esgotos e o que ele e outros preparavam, para a chegada do Conselheiro Silveira Martins e então ela testemunha respondia ao Justino que fazia mal.

Miguel Archanjo descreveu o réu Marcolino como *pardo*, de altura regular, bastante cheio de corpo, barba cerrada, que costumava andar com calça de casimira de cor, paletó saco cor cinza e também paletó saco preto, chapéu de palha preta de abas largas, alfaiate e morador numa casinha de porta e janela na rua de São Jerônimo - atual Jerônimo Coelho -, a sexta do lado esquerdo passando o Beco do Poço, como quem se dirige para a Praça de Pedro 2º.

Em uma sociedade alicerçada no trabalho dos escravos negros, não ser branco estigmatizava os indivíduos com a suspeita de ser cativo. Apesar de possuir residência fixa conhecida e profissão, a cor parda de Marcolino fez com que ele fosse descrito como escravizado nos registros da polícia, que apontavam a sua prisão no dia seguinte ao da agressão feita, captura feita por alunos da Escola Militar que haviam visto um *preto* correndo.³⁵ O item cor é algo problemático nas análises historiográficas. Se ele incomoda quando não aparece discriminado nas fontes, deve porém ser tratado com cuidado quando é citado. Lembremos que certos símbolos branqueavam os indivíduos, como possuir propriedades, título acadêmico ou cargos públicos, entretanto, outros inversamente provocavam o “enegrecimento” da pessoa, como a passagem pela prisão (por sentença judicial ou simples correção policial), moradia em habitações populares (cortiços), vestuário que denotasse poucos recursos, etc. Na realidade, Marcolino havia obtido a sua alforria “sem ônus ou condição” pelo seu “exemplar comportamento”, em 14.01.1875, assumindo o sobrenome de seu senhor Francisco Batista da Silva Pereira.³⁶ Conforme os depoimentos, Marcolino era “gente” do jornal liberal A Reforma e “fâmulos” do Cel. Joaquim Pedro Salgado. Salgado foi uma figura importante do partido Liberal e aparece indicado em alguns processos criminais como mandante de agressões diversas. Nunca, entretanto, foi obrigado a sentar nos bancos da justiça para prestar depoimento como réu.

³⁵ AHRS - CDP, nº 91, 16.06.1880.

³⁶ Tinha na data da alforria 30 anos, e já trabalhava como alfaiate. APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos livro nº 23, folha 44v (22.03.1875).

Os estudos de trajetórias (ou mesmo de biografias) são montados com exaustivos e confessadamente prazerosos cruzamentos de fontes diversas. Esses vestígios documentais devem ser valorizados pelas informações que acrescentam sobre a vida dos personagens em análise, mesmo que às vezes se refiram a indivíduos que orbitam estas existências. O exercício reveste-se numa tentativa de perceber semelhanças e dissonâncias sobre o que já se sabia, procurando com isso dotar as vicissitudes biográficas encontradas de coerência, mas também evitar cair nos riscos de investigações que naufragam nos riscos das *ilusões biográficas* e que traçam biografias aborrecidamente lineares.³⁷

O Miguel Archanjo da Cunha que emerge deste documento domina a cultura escrita e atua profissionalmente como barbeiro. Ele aí aparece plenamente inserido no universo político-partidário oitocentista, com claras simpatias pelo Partido Liberal. Aliás, consideramos que o fato de estar atuando como *entregador do jornal A Reforma* não se limita uma questão meramente laboral. Ponderamos que ele não estava aí unicamente angariando recursos monetários extras a sua atividade profissional principal de barbeiro, mesmo que não descartemos um eventual ganho pecuniário. Miguel mostra neste documento judiciário intimidade com os jornalistas do órgão liberal, onde obtém notícias e participa dos debates políticos mais candentes. Ele evidentemente era *gente* do Partido Liberal, gozando da confiança e do apoio dos simpatizantes do liberalismo e a sua atuação concreta de levar o jornal até os assinantes fortalecia essas relações políticas, tornando-o conhecido dos cor-religionários. O Miguel Archanjo que a fonte judiciária de 1880 nos apresenta não se configura como um subalternizado, já que ele maneja as informações que acessa na tipografia d'A Reforma para alertar as pessoas com *quem se dá* (amigos como o alfaiate português Justino), empregando as notícias que lhe chegam na consolidação e montagem de vínculos próprios. O agente político

³⁷ Ver: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191; CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, 2015; LÉVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000; LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 167-182; LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998; SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELI, Cesar A. B. (org.) *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: E. da Universidade/UFRGS, 2000; XAVIER, Regina Célia Lima. Biografando outros sujeitos, valorizando outra História: estudos sobre a experiência dos escravos. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.), *O Biógrafo*. Perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000.

Miguel Archanjo tentou acautelar aquele alfaiate português de que os seus desafetos tramavam uma desforra. Aquele alfaiate não compartilhava dos mesmos ideais político-partidários de Miguel Archanjo, mas nem por isso ele queria ser cúmplice de alguma agressão física que o atingisse. O necrológico publicado pelo jornal *O Exemplo*, em janeiro de 1903, eterniza uma descrição da personalidade do barbeiro Miguel Archanjo que se harmoniza com esses indícios documentais de 1880, destacando-o pela sua *simpatia e generosidade* e que, apesar de convictamente vinculado ao Partido Liberal, “soube impor-se a consideração dos seus concidadãos pela pureza dos seus costumes, pela austeridade do seu caráter, homem laborioso e reto no cumprimento dos deveres que lhe impunha a sociedade”.

O mesmo necrológico, entretanto, aparentemente querendo desculpá-lo por sua militância liberal *no regime decaído* (imperial), certifica que Miguel Archanjo, “Proclamada a república [...] nunca mais conversou sobre política uma palavra; quer sobre esta ou aquela forma de governo, quer sobre esta ou aquela autoridade. Esta conduta do finado fez com que fosse ele acatado e respeitado pela sociedade Porto Alegrense”. Existem fortes indícios do denso republicanismo assumido por boa parte da elite negra local nos últimos anos do Império e, principalmente, após a proclamação da República. Indivíduos negros exponenciais como Aurélio Viríssimo de Bittencourt tornam-se não só adeptos fervorosos da república, como assumem cargos políticos e administrativos nas gestões do PRR.³⁸ Não parece ter sido esse o caso de Miguel Archanjo.

Em notícias publicadas no jornal republicano *A Federação*, em 1895, sobre o alistamento eleitoral, Miguel Archanjo aparece como trabalhando em *agências e de filiação ignorada*.³⁹ Como achamos tratar-se do mesmo Miguel,

³⁸ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade*. História social do racismo em Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2014; PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da Liberdade*: Educação, trabalho e cidadania no pós-Abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (C. 1892 - C. 1911). [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2018; MOREIRA, P. R. S.; CAMPOS, Vanessa Gomes. “Evitar o Circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro”. O professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867-1916) In: Alcides Cruz: Perfil parlamentar. 1 ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017, p. 44-87; DOMINGUES, Petrônio. *Cidadania Levada a Sério*: Os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da Raça*: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-Emancipação no Brasil. São Paulo, Selo Negro Edições, 2014: pp. 121/154; MOREIRA, Paulo. *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003; _____. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação*: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, pp. 83-107; _____. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*. Volume 40, pp.85 - 127, 2014.

³⁹ HDBN- *A Federação*, nº 214, 10.09.1895; nº 253, 28.10.1895.

filho de Geralda Maria da Conceição, e não de um homônimo, ficamos sem saber porque constam esses dados na qualificação eleitoral. Terá ele abandonado a barbearia e se dedicado a ocupações variadas abrangidas sob o rótulo de *agências*? Silva Júnior (2004, p. 199) considera o termo *agências eufêmico* e que se referiria a indivíduos sem profissão reconhecida. Estaria o cinquentenário Miguel Archanjo com problemas de saúde e agenciando sua sobrevivência de maneiras diversas?

Mesmo que tenha se mantido qualificado como eleitor, não sabemos se ele persistiu em sua militância política liberal. Mas um caso ocorrido anos antes, nos indica que ele, mesmo após a proclamação da República, circulava na tipografia e escritório do jornal A Reforma. Em um sábado, 17 de janeiro de 1891, o jornal A Federação, que na época tinha como editor Júlio Prates de Castilhos, publicou extenso artigo comunicando uma pendenga havida com os liberais do jornal A Reforma. A proclamação da república no Rio Grande do Sul teve em sequência alguns anos de instabilidade política, com a sucessão de vários governantes, até que em 1893 assumiu a presidência do estado o republicano Júlio Prates de Castilhos. Naquele ano de 1891 estava encarregado da presidência do estado o General Cândido José da Costa, tendo como seu Chefe de Polícia o Major Francisco Alberto Guillon.⁴⁰

Segundo FRANCO,⁴¹ “a primeira organização política de oposição, basicamente integrada por representantes dos antigos partidos monárquicos e de dissidentes republicanos”, no Rio Grande do Sul, foi a União Nacional. Seu manifesto foi lançado em 8 de junho de 1890, mas ela teve vida duradoura, pois nas eleições de 1891 já estava associada ao Partido Republicano Federal. Segundo A Federação, a União Nacional pronunciava-se através do jornal A Reforma e foi através desse órgão que foram feitas denúncias – em *frases pérfidas* – que atingiram o Chefe de Polícia Guillon.

A 10 do mês corrente o órgão da *coligação* chamou a atenção do governador e do chefe de polícia para um fato, por ele fantasiado, de que se achava há dias “nas imediações desta capital, no Passo da Areia, o célebre (!) Affonso Marques, com alguns facínoras, vindos de São Francisco de Paula de Cima da Serra, com o fim de fazer um *serviço* contra a pessoa de um dos diretores da *união nacional*”.

Segundo os republicanos d’A Federação, o sujeito Affonso Marques, citado acima, era oficial de polícia honesto e cumpridor de seus deveres, mas o Chefe de Polícia Guillon, diligentemente, tratou de averiguar os fatos. Antes

⁴⁰ HDBN- A Federação, nº 15, 17.01.1891; nº 18, 21/01/1891.

⁴¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do RGS. 1821-1937*. Porto Alegre, Suliane Arte e Vida, 2010, p. 206.

que Guillon concluísse as diligências, entretanto, A Reforma atacou novamente, dizendo que o Chefe de Polícia teria mandado “distribuir no Arsenal de Guerra cartuchame embalado a dez praças de polícia e entregou-as ao acusado Affonso Marques, para percorrer os subúrbios”. Irritado, o Major Guillon mandou chamar na polícia o editor responsável d’A *Reforma* para prestar esclarecimentos.

Mas, A *Reforma*, o grande órgão da união, não tinha responsável legal; e conquanto seja o porta-voz de um partido - figurava na Intendência Municipal como responsável da folha, por termo assinado em 30 de agosto de 1883, Felisberto Amálio da Silva, desde muito tempo ausente desta cidade.

Foi então chamado à secretaria de polícia, como proprietário conhecido do jornal, o seu gerente Norberto Vasques, que, não atendendo a determinação por espaço de duas horas, foi mandado buscar por um oficial em serviço.

Perante o sr. dr. Chefe de Polícia, declarou o Sr. Vasques, que nada sabia, pois que apenas era simples gerente da parte econômica do jornal, cujo responsável perante a lei era **Miguel Archanjo da Cunha**, que a 1 hora da tarde daquele mesmo dia (!), tinha assinado o respectivo termo.

Chamado **Miguel Archanjo**, declarou ser empregado de A *Reforma*, e que pouco antes havia assinado como editor do jornal, termo de responsabilidade perante a Intendência!

Como nas respostas ao sr. dr. Chefe de Polícia não houvesse, do interrogado **Archanjo**, todo o respeito devido à autoridade, foi por esta mandado recolher à prisão, da qual relaxou-o passadas horas. (Grifos nossos)

Reaparece das fontes o nosso Miguel Archanjo da Cunha, apresentando-se como empregado d’A *Reforma*, agora órgão da União Nacional, *coligação* política que unia antigos liberais, alguns conservadores e dissidentes republicanos (como Apolinário Porto Alegre). Pelo jeito como está narrado acima, Miguel Archanjo desacatou o Chefe de Polícia, o Major Guillon, o qual o mandou prender por algumas horas. A Federação, em seu número de 21 de janeiro de 1891, reconta a história toda dizendo que “o sr. Archanjo tomou sobre seus ombros a responsabilidade do que diz o órgão do *grande partido* - a *união nacional!*”. Assim, em 1891 ainda ele estava ligado aos liberais, talvez o seu afastamento - ou silenciamento político - tenha ocorrido a partir de 1893, com a posse definitiva (e autoritária) do PRR ao governo do estado.

“Miguel Archanjo da Cunha já não existe”

Como já informamos no início deste artigo, Miguel Archanjo da Cunha faleceu em Porto Alegre, em 28 de dezembro de 1902. No mês anterior, certamente sentindo a sua saúde debilitada e a morte aproximar-se, ele e a sua segunda esposa Joana Ferreira da Conceição redigiram um testamento

expressando as suas últimas vontades. O testamento foi ditado pelo casal em 28 de novembro de 1902, na casa em que moravam, na rua Vigário José Ignácio, nº 93, centro de Porto Alegre eram, portanto, vizinhos da Igreja consagrada a Nossa Senhora do Rosário, ponto nodal do afro-catolicismo local.⁴² Miguel e Joana declaram que eram ambos naturais deste Estado do Rio Grande do Sul e que “nossos pais já são falecidos”. Eram casados pelo regime de comunhão de bens e não tiveram filhos, nomeando um ao outro como seus herdeiros universais. Dissemos que Miguel Archanjo era viúvo de Joaquina Antônia da Conceição, mas a sua noiva Joana também enviuvara anos antes, de Sabino Antônio Feliciano, membro da Sociedade Floresta Aurora, tendo sido tesoureiro da mesma em 1882.⁴³

Como observamos no inventário senhoriais de 1865, Miguel Archanjo da Cunha tinha pelo menos dois irmãos: Clemência, de 5 anos e Ataliba, de 10 anos. Ataliba foi alforriado condicionalmente no testamento da sua senhora, tendo de servir por mais 18 anos. Depois de livre, Ataliba assumiu o nome de Ataliba de Castro Vasconcelos e em 1881 casou com Maria Amália de Oliveira. Ele nasceu em Porto Alegre em 10.07.1855 e foi batizado na Igreja do Rosário, em 04.11.1855, sendo sua mãe Geralda descrita como *cabra*.⁴⁴

Outros vínculos e associativismos

Miguel Archanjo da Cunha aparece apadrinhando três crianças negras, nos anos de 1877 e 1878, todas em igrejas de Porto Alegre. A primeira foi o ingênuo Justino, nascido em 15/10/1876, filho natural da *preta* Carolina, escravizada de Rita de Azambuja Rangel, batizado na Matriz da Madre de Deus, em 02.02.1877. A segunda vez que acompanhou um batizando a pia batismal foi na Paróquia do Menino Deus, em 20.05.1877. Tratava-se do *pardo* Alfredo, nascido em 10.02 daquele mesmo ano, filho legítimo de Maria Benedita Leopoldina dos Santos e Benedito Mussi de Abreu, cujos avós, tanto maternos quanto paternos, eram ignorados. Finalmente, em 14.06.1878, também na Madre de Deus, Miguel Archanjo apadrinha Manoel, nascido em 31.05 daquele ano, filho legítimo de Vitorina Machado e Francisco Claudino Machado. Manoel era neto, por parte de mãe, da africana Joana Maria da Conceição. No primeiro

⁴² APERS – Provedoria de Porto Alegre, testamento nº 2672, maço 76, testamentário: João Braga Viajor.

⁴³ NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Tudo Começou em uma Madrugada*. Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora (1872-2015). Porto Alegre, Medianiz, 2015, p. 41.

⁴⁴ AHCMPA – Habilitação Matrimonial – 1881, auto 301, lata 42; Livro 1º de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folha 215v. Foram padrinhos de batizado de Ataliba, Geraldino (escravizado de Félix José de Mattos) e a crioula Maria (escravizada do Doutor João Capistrano de Miranda e Castro).

batizado, de Justino, Miguel Archanjo foi acompanhado por Maria Vitorina Pereira de Sousa e nos outros dois uma mesma madrinha o acompanhava, Joaquina Antônia da Conceição.⁴⁵

O jornal negro O Exemplo, em 1º de janeiro de 1894, informava a eleição da nova diretoria da Sociedade Floresta Aurora, a qual reelegia como tesoureiro Miguel Archanjo da Cunha. Encontramos Miguel Archanjo em outra iniciativa associativa, nos referimos a Sociedade de Beneficência Porto Alegre, sociedade de socorro mútuo criada em 15 de dezembro de 1856 e que durou pelo menos até 1936. Adhemar da Silva Júnior⁴⁶ informa que os 12 fundadores dessa associação não eram *endinheirados* e a define como uma sociedade etno-classista, porque formada por *brasileiros* e “artistas” (trabalhadores manuais especializados). Ele nos informa que, em 1879, entre os seus 70 novos associados, 34% eram alfaiates, mas ele mesmo contesta a sua qualificação de fechamento classista da associação, pois os estatutos de 1869 mencionam “os artistas, operários, empregados públicos e todos aqueles que tiverem pelo menos cem mil réis de renda anual”. A Sociedade de Beneficência Porto Alegre “mantinha capela com imagem de Nossa Senhora da Anunciação”, para construção da qual recebeu subvenção provincial. A atividade associativa, além de auxiliar na composição de redes sociais (políticas, profissionais, étnicas), essenciais na situação de *precariedade estrutural* da liberdade no oitocentos, ajudava também na mobilidade social, já as atas denunciam vários casos de “descenso social”, em que filiados pediam ajuda em função de empobrecimento. Silva Júnior em sua pesquisa aponta os vínculos entre a Sociedade de Beneficência Porto Alegre e o Partido Liberal:

É fácil encontrar os nomes de notáveis membros do Partido Liberal na Beneficência Porto-Alegrense, mas referências menos afamadas também são encontradas, como é o caso de Miguel Archanjo da Cunha cujo necrológio afirmava que “o finado militou nas fileiras do partido liberal de cujas ideias era fervoroso adepto”, além de ser, em 1880, entregador do jornal *A Reforma*, vinculado ao partido. Era provavelmente um negro, porque era fundador da Sociedade Floresta Aurora e membro da Irmandade do Rosário. Associou-se à Beneficência Porto-Alegrense em 1876, e em 1884 foi o segundo maior proponente de novos sócios, totalizando 18 pessoas. E o ideário explicitamente autodenominado “liberal” também aparece em 1858, quando se aprova que as

⁴⁵ AHCMPA – Livros de Batismos de Livres da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro 18b, folha 58 e livro 19, folhas 44v/45.

⁴⁶ SILVA Júnior, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos. Estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, pp. 90/91, 110, 192, 194.*

sessões de diretoria sejam abertas aos sócios, medida que se coadunaria com os “princípios liberais que se devam adotar em todas as sociedades.”⁴⁷

Na citação acima, o pesquisador costura várias vicissitudes biográficas que já citamos ao longo deste artigo. Conforme dito acima, Miguel Archanjo da Cunha matriculou-se na Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense em 23 de janeiro de 1876, contando então com 35 anos de idade. Já ai aparece trabalhando com *agencia* e morando na Varzinha. No ano de 1899, em dois momentos, o jornal A Federação, ligado ao PRR, menciona doações feitas por Miguel Archanjo da Cunha para a Associação de Beneficência Porto Alegrense: 4 mil réis em 12 de agosto e 2 mil réis em 16 de setembro (HDBN - A Federação, Nº 184 e Nº 213). Sabemos que a filiação a agremiações diversas é uma forma eficiente de *qualificação*, de construção e fortalecimento de lugares sociais positivos. Nos livros da Sociedade de Beneficência Porto-alegrense, Miguel Archanjo aparece não só matriculando-se, mas propondo novos associados.

⁴⁷ SILVA Júnior, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos. Estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, pp. 352/353.

Tabela nº 3 – Propostas de associados para a Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, feitas por Miguel Archanjo da Cunha

Data	Nome	Origem	Idade	Prof.	EC	Endereço
15.09.84	Horácio Ferreira da Silva	RS	26	Cp	C	Campo do Bonfim, 44
24.04.84	Antônio Gonçalves Jardim	RS		Ag	V	Cel. Genuíno, 80
05.05.84	Sabino Pio do Sacramento	RS	23	Cp	S	Gal. Vitorino, 43
15.09.84	Justino Coelho da Silva	RS	48	Pi	C	Gal. Vitorino, 49
15.09.84	Florencio Manoel Antonio	RS	41	Pd	C	Avaí, 10
15.09.84	Rita Antonia Pereira ⁴⁸	RS	27		C	Avaí, 10
15.09.84	Jacinto Brazil	RS	24	Pd		Lima e Silva, 24
05.05.84	Eduardo Fioravante	RS	25	Ag	S	Lima e Silva, 35
15.05.84	Joaquim Alves do Nascimento	SP	40	Nc	C	Pça do Gal. Marques, 344
15.05.84	Julia Serafina do Nascimento	PR	26		C	Pça do Gal. Marques, 344
05.05.85	Lourenço Antônio da Silva	RS	29	Cp	S	R. D. Afonso perto da Esquina da Floresta
15.09.84	Andrezza Maria da Conceição ⁴⁹	RS	40		C	R. da Concordia
05.05.84	Antonio Cardoso da Silva	RS	24	Pd	S	R. da Margem, 158
15.06.84	José Manoel Antônio	RS	39	Sp	C	R. de Bragança
15.06.84	Pio Alves Porto	RS	25	Pd	S	R. dos Venezianos
05.05.84	Amandia Pereira da Conceição	RS	34	Cs	S	Varginha, 245
24.04.84	João Ignácio Nunes da Cruz	RS		Cp	S	Voluntários da Pátria, 25
15.06.84	Damasio Joaquim Soares	RS	39	Ag. ⁵⁰	C	

Referências: Ag = agência, Cp = Carpinteiro, Cs = Costureira, Pd = Pedreiro, Pi – Pintor, Sp = Sapateiro, Nc = negociante comercial⁵¹

A tabela acima novamente posiciona Miguel Archanjo da Cunha como um agente político, construindo e reforçando liames sociais com indivíduos diversos, agindo como um influente mediador. Provavelmente essa militância associativa indicada acima fosse também permeada de matizes

⁴⁸ Casada com Florêncio Manoel Antônio.

⁴⁹ Casada com Luiz Dias de Castro.

⁵⁰ Agência e pagem do vapor Maratá.

⁵¹ AHRS – Arquivos Particulares, Livro de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856/1884, lata 53v, código 30.

político-partidários, o que evidencia a sua sagacidade de homem público. Essas redes não se limitam a questões étnico-raciais, apesar de dialogarem modalmente com elas. Destaquemos, que na lista acima estão José Manoel Antônio, sapateiro morador na rua de Bragança e Florêncio Manoel Antônio, Pedreiro, morador na rua Avaí, filhos do africano José Manoel Antônio e da cassanje Maria Rita das Dores (ou da Conceição). Costurando com a epígrafe que adorna esse artigo, o africano da costa José Manoel Antônio foi um dos fundadores da Floresta Aurora, irmanado por *cores* e experiências sociais com o crioulo Miguel Archanjo da Cunha.

Considerações finais

Cerzindo as vicissitudes biográficas de nosso personagem, podemos sintetizar o que sabemos de sua trajetória da seguinte forma: Miguel Archanjo da Cunha foi batizado na Catedral da Madre de Deus de Porto Alegre em 29.09.1846, filho de Geralda [Maria da Conceição], ambos então escravizados de Dona Maria Quitéria de Castro Cunha. Ele casou na Igreja das Dores, de Porto Alegre, em 29 de junho de 1874, com Joaquina Antônia da Conceição, filha natural de Antônia, escravizada de Manoel José Carvalho. Joaquina e Miguel não estavam sós naquele ritual católico, entre outros os acompanharam como testemunhas-padrinhos o jornalista e funcionário público provincial Aurélio Viríssimo de Bittencourt e o sacristão da mesma Igreja das Dores Isidoro Francisco Xavier. A noiva Joaquina alforriou-se com 19 anos de idade, em 23.09.1865, contando com a benignidade condicional de seu senhor, que ainda obrigou-a a servir-lhe até a morte, em retribuição aos bons serviços prestados. Em 1872, com 26 ou 27 anos, Miguel foi um dos fundadores da *Sociedade Beneficente Floresta Aurora*, erigida em Porto Alegre e que reunia *músicos negros*. Ele acompanhou a fundação do Partido Liberal gaúcho e manteve sua fidelidade partidária até depois da proclamação da república, emudecendo politicamente (segundo seus companheiros d'O Exemplo) nos anos derradeiros de sua existência, quando ainda manteve a militância na associação negra Floresta Aurora e na Sociedade de Beneficência Porto-alegrense.

Confessamos ser apaixonante seguir as pistas das vicissitudes biográficas de um indivíduo, perceber a sua trajetória paulatinamente tomando forma e inteligibilidade nos diferentes contextos históricos e sociais em que ela transcorreu. As conexões que permeiam as experiências humanas, principalmente considerando o caráter altamente relacional da sociedade oitocentista, faz com que os destinos individuais apareçam entrelaçados de círculos de amigos, simples conhecidos, parentes, familiares e desafetos. Assim, o caráter

apaixonante da investigação mescla-se a frequentes sentimentos de desconforto, quando nos deparamos com pessoas sobre as quais ainda não temos muitas (ou nenhuma) informações. Isso agrava-se quando a pesquisa rastreia e costura os traços deixados por existências de indivíduos e famílias populares, agravando-se quando parte destas vidas transcorreram em situações de cativeiro. As vidas dos escravizados, em boa parte, ecoam nos documentos relativos aos seus escravizadores, o que (considerando os inerentes limites e distorções dos documentos manejados) a imaginação histórica⁵² tem nos últimos anos tentado suplantar ou ao menos amenizar.

Daniela Kabengele, que analisou a trajetória do professor negro Antônio Ferreira Cesarino, estabelecido com uma escola na cidade de Campinas (SP), nos oitocentos, coloca que a classificação deste indivíduo como *pardo* seria “devido a uma leitura de sua cor em relação à sua condição social e ações sociais”, mas também defende que “o termo ‘pardo’ funcionava como um sinal diacrítico acionado para explicitar a diferença entre ‘ele’ e os ‘outros’ negros”.

A hierarquia da sociedade escravista brasileira se definia não apenas pela evidente distinção jurídica e social entre livres e escravos, mas também pelas clivagens que perpassavam a população negra livre, forra e de descendentes de escravos. As diferenças com relação a essa população podiam ser matizadas de variadas maneiras: fosse pela condição legal (livre, ingênuo ou forro), pela nacionalidade (africano ou crioulo), pelos mecanismos particulares para se obter a liberdade e a sobrevivência ou ainda, pelos designativos de cor. De certa maneira, nos termos de cor a hierarquização, por essa época, projetou mais uma de suas expressões.⁵³

Para esta autora e outros cientistas sociais dos últimos anos, cor e reputação social mesclavam-se:

Em suma, “pardo” era um termo que podia combinar aspectos da cor e da condição social, mas tal combinação não era simétrica e a ênfase em um aspecto ou outro dependia do **contexto**. Eram pardos mediante os olhos dos outros, ou seja, para serem considerados pardos, os indivíduos dependiam do **reconhecimento social de sua condição de liberdade**, que era constituída, vale dizer, **pelas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam**.⁵⁴ (Grifos nossos)

⁵² GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

⁵³ KABENGELE, Daniela do Carmo. *A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012, pp. 9/10, 99.

⁵⁴ KABENGELE, Daniela do Carmo. *A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas / Instituto de

Tais considerações nos ajudam a entender o lugar de Miguel Archanjo da Cunha, e outros de seus companheiros negros, naquela sociedade oitocentista escravista e no imediato pós-abolição. Mesmo que a cor *parda* não apareça sendo manejada pela sociedade porto-alegrense para descrevê-lo, nos parece que essa denominação o circunscreve naquela hierarquia social e racial. Talvez possamos pensar as suas atividades como manifestações de uma consciente dupla consciência⁵⁵: de um lado ele se afirmava como cidadão, construindo uma existência que rejeitava os rótulos de cor, percebendo-os como ações excludentes e pejorativas daquela sociedade branca e racista. Por outro lado, ele se afirmava como negro, mantendo relações (afetivas, devocionais, associativas) com parceiros e parceiras que compartilhavam as suas experiências sócio-raciais. Se os documentos encontrados não racializavam ostensivamente Miguel, isso nos mostra que sua incansável busca por respeito e igualdade lhe dotou de certo empoderamento, mas isso não nos enseja a cogitar sua alienação em relação ao seu pertencimento étnico-racial.⁵⁶ Para encerrar, mencionemos que os funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, inadvertidamente, confirmam que sua morte acompanhou os passos mais importantes de sua existência, ao descrevê-lo como um defunto *preto*. Essa menção de cor o definia, não só nas suas preferências afetivas, mas por sua experiência social individual e familiar inicial no cativo, por sua militância racial-associativa e, finalmente, pela forma como a sociedade branca e racista o considerava. Afinal, ele era fruto diaspórico do ventre de uma cassanje.

Abreviaturas:

AHCMPA - Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHPAMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012, p. 114.

⁵⁵ GILROY, Paul. *Atlântico Negro*. Modernidade e Dupla Consciência. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002; DU BOIS, W. E. B.. *As Almas da Gente Negra*. Lacerda Editores, Rio de Janeiro, 1999.

⁵⁶ Sobre racialização, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra. "A vala comum da 'raça emancipada'": abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010; ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

“Miguel Archanjo da Cunha já não existe”: O associativismo da Sociedade Beneficente ...

CHC - Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

PRR – Partido Republicano Rio-grandense

Artigo recebido para publicação em 05/09/19

Artigo aprovado para publicação 08/11/19